

Ata da Primeira Sessão Extraordinária, do primeiro ano da Décima Quarta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos vinte e oito de janeiro de dois mil e nove, às dezoito e trinta horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Fábio Augusto Pina. Vice-Presidente Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri. Secretários Srs. Alfredo Chiavegato Neto e Rita de Cássia Siste Bergamasco. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador Airton Braulino Jorge para proferir o seguinte texto: Evangelho de Marcos – Capítulo 4, versículos de 21 a 25: ““Quem é que traz uma lâmpada para colocá-la debaixo de um caixote ou debaixo da cama? Ao contrário, não a coloca num candeeiro? Assim, tudo o que está escondido deverá tornar-se manifesto, e tudo o que está em segredo deverá ser descoberto. Se alguém tem ouvidos para ouvir, ouça’. Jesus dizia ainda: ‘Prestai atenção no que ouvis: com a mesma medida com que medirdes, também vós sereis medidos; e vos será dado ainda mais. Ao que tem alguma coisa, será dado ainda mais; do que não tem, será tirado até mesmo o que ele tem.’” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Rainero Venturini, Rita de Cássia Siste Bergamasco e Rubens das Virgens. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão comunicando a todos que a aquela sessão fora previamente convocada para deliberação da matéria abaixo relacionada, motivo pelo qual deu início à Ordem do Dia: Primeiramente, foi feita a Leitura do Ofício DER n.º 0002/2009, do Executivo Municipal que encaminhava a Casa Projeto de Lei que dispõe sobre concessão de gratificação por risco de morte aos Guardas Municipais, Coordenadores de Operações e Diretor de Guarda Municipal. A seguir, o Sr. Presidente designou a Vereadora Rita de Cássia Siste Bergamasco como Relatora Especial para exarar parecer ao referido Projeto de Lei, motivo pelo qual suspendeu a sessão. Decorrido o prazo necessário para a elaboração do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do Parecer do Relator Especial, favorável ao projeto. A seguir, em Única Discussão foi apreciado

o Projeto de Lei nº 001/2009, do Executivo Municipal, que dispõe sobre concessão de gratificação por risco de morte aos Guardas Municipais, Coordenadores de Operações e Diretor de Guarda Municipal. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º do R.I.). Em discussão, pediu a palavra o Sr. Airton Braulino Jorge que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo de deixar registrado que aquela gratificação ao pessoal que trabalhava na Guarda, Coordenadores, os Guardas, era merecidíssima, mas que gostaria de deixar registrado para que o Executivo pensasse, também, em oferecer este tipo de gratificação aos bombeiros e aos motoristas de ambulância que, sabidamente, também, colocavam suas vidas em risco; agradeceu. A seguir, em votação o Projeto de Lei nº 001/2009, do Executivo Municipal, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente determinou a Leitura do Ofício DER nº 0003/2009, do Executivo Municipal que encaminhava a Casa Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Poder Executivo Municipal para concessão de pro labore, no exercício de 2009, aos servidores públicos estaduais ocupantes do cargo público de policial militar, na forma que especifica. A seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Edison Cardoso de Sá como Relator Especial para exarar parecer ao referido Projeto de Lei, motivo pelo qual suspendeu a sessão. Decorrido o prazo necessário para a feitura do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do Parecer do Relator Especial, favorável ao projeto. A seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 002/2009, do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização ao Poder Executivo Municipal para concessão de pro labore, no exercício de 2009, aos servidores públicos estaduais ocupantes do cargo público de policial militar, na forma que especifica. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º do R.I.). Em discussão e votação foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos. Em seguida, foi feita a Leitura do Ofício DER nº 004/2009, do Executivo Municipal, encaminhando a Casa Projeto de Lei, que dispõe sobre a Organização Administrativa da Prefeitura, e dá outras providências. A seguir, o Sr. Presidente designou a Vereadora Karina Valéria Rodrigues como Relator Especial para exarar parecer ao referido Projeto de Lei, motivo pelo qual suspendeu a sessão. Decorrido o prazo necessário para a elaboração do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do Parecer da Relatora Especial, favorável ao projeto; terminada a leitura do Parecer, do Sr. Edison Cardoso de Sá foi

apresentada Emenda Substitutiva ao Art.23, dando a ele a seguinte redação: “Art. 23 – A Secretaria de Obras e Serviços é o órgão responsável pela elaboração de projetos dos programas de obras municipais de engenharia, no tocante à pavimentação e drenagem; implantação e execução de obras referentes à edificações, pavimentação e drenagem, incluindo a manutenção das vias urbanas e estradas municipais. Cabe, ainda, à Secretaria de Obras e Serviços, a conservação dos próprios municipais, a limpeza urbana, a iluminação pública, a implantação e manutenção de cemitérios e velórios, transporte interno e oficinas e a manutenção e implantação de praças, parques, jardins e demais logradouros públicos e, ainda, a implantação e manutenção da arborização do Município, e ainda, colaborar com a Secretaria de Defesa Social, nos aspectos técnicos da sinalização viária municipal, quando houver convocação por parte desta.” Em discussão e votação a Emenda de autoria do Sr. Edison Cardoso de Sá, foi a mesma aprovada por sete votos favoráveis, sendo um contrário do Sr. Alfredo Chiavegato Neto; em seguida da Sra. Karina Valéria Rodrigues foi apresentada Emenda Modificativa ao inciso I do Art. 13 e ao Art. 14 do referido projeto, alterando a expressão “Secretaria de Ação Social e Cidadania” para “Secretaria de Gestão Social e Cidadania”; em discussão e votação a emenda da Sra. Karina Valéria Rodrigues foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Alfredo Chiavegato Neto apresentou requerimento verbal, baseado no Art. 227, Parágrafo Único do Regimento Interno para que o Art. 28 do referido Projeto, que reza “Ficam criados 03 (três) cargos de Secretários Extraordinários cujas Secretarias Extraordinárias terão a atribuição de planejamento, coordenação, avaliação de ações governamentais, comunicação social e gestão governamental.”, fosse apreciado em separado do referido projeto; em discussão e votação foi o referido requerimento verbal aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente colocou para ser apreciado o Art. 28 do Projeto de Lei nº 003/2009, que reza: – “Ficam criados 03 (três) cargos de Secretários Extraordinários cujas Secretarias Extraordinárias terão a atribuição de planejamento, coordenação, avaliação de ações governamentais, comunicação social e gestão governamental”; em discussão pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo que aquele requerimento vinha exclusivamente colocar em pauta aos demais Vereadores e à Comunidade, a discussão da criação de três secretarias especiais, e que achava que o projeto de lei mantendo as quatorze secretarias estava condizente com aquilo que

era a realidade do Município, e que achava que criar três cargos de status de Secretário sem ter uma devida secretaria não era, no momento, oportuno, e pediu aos colegas que refletissem isso, e que tinham, ainda, o início das funções, muito tempo, realmente, para poder reaver e avaliar se tais secretarias eram necessárias à atual conjuntura que poderia enfrentar ao longo daquele ano, e pediu aos colegas que deixassem esta criação destas três secretarias especiais para um outro momento, mantendo o projeto da forma que estava, porque achava que era a forma de dar uma nova estrutura à Secretaria, mudando nome, mantendo-se prioritariamente, as atuais Secretarias, enfim; disse que achava que aquele artigo criando estas três Secretarias especiais que, ao seu modo de ver eram Secretarias de cunho político, e que não seria propício para o atual momento, e pediu aos nobres Pares que votassem contrários a este artigo, e o discutissem numa nova oportunidade; disse que era sua consideração, e desejou boa noite a todos; a seguir, pediu a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues que cumprimentou a todos, dizendo que achava que o mundo atravessava uma crise importantíssima, e a crise deveria se enfrentada com força e com determinação; disse que a maioria da Cidade tinha escolhido o novo Prefeito da Cidade, Gustavo Reis, e lhes tinha sido apresentado um plano, lhes tinha sido apresentado umas metas, e que achava que a Casa deveria dar ao novo Prefeito uma carta branca para que ele montasse sua equipe; disse achar que num momento de crise se precisaria de um trabalho importantíssimo, enfrentariam uma crise muito grande e, principalmente, pediu aos seus nobres Colegas que entendessem que o Prefeito precisava, sim, de um pouco de confiança da população, e se ele mandava para a Casa de Leis a criação de três secretários especiais, extraordinários, achava que era porque ele estava sabendo o que estava fazendo; disse que quando o nobre Vereador Fred citava que as secretarias podiam ser de cunho político, disse discordar, porque eram secretarias fundamentadas, eram secretarias que teriam efeitos líquidos e certos, no futuro, e que se isso não acontecesse após este voto de confiança, achava que sim, deveriam repensar, mas achava que o Prefeito, eleito democraticamente, pela maioria da população, merecia este voto de confiança, ele estava montando a sua equipe e achava que ele era responsável pela equipe dele; pediu aos nobres Colegas o voto de confiança ao Projeto do Executivo, e que ela não tinha dúvidas, porque tinha participado de todas as reuniões com os futuros secretários extraordinários, e que teriam muito sucesso nesta empreitada; e que era isso que

tinha para falar, e que achava que se eles, sim, deveriam dar um voto de confiança ao Chefe do Executivo e aprovar essas três secretarias excepcionais, esses três secretários excepcionais; agradeceu. A seguir em votação o Art. 28 do Projeto de Lei nº 003/2009, do Executivo Municipal, foi o mesmo aprovado por sete votos favoráveis, sendo um contrário do Sr. Alfredo Chiavegato Neto. A seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 003/2009, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a Organização Administrativa da Prefeitura, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, XI do R.I.) Em discussão e votação foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos. A seguir, foi feita a leitura do Ofício DER nº005/2009, do Executivo Municipal que encaminhava a Casa Projeto de Lei, que dispõe sobre substituição do Anexo Único da Lei nº 1.826/2008, que versa sobre o quadro de servidores da Prefeitura. Terminada a leitura do Projeto o Sr. Presidente designou o Vereador Edison Cardoso de Sá como Relator Especial para exarar parecer ao referido Projeto de Lei, motivo pelo qual suspendeu a sessão. Decorrido o prazo necessário para a elaboração do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do Parecer do Relator Especial, favorável ao projeto; a seguir, pela ordem, o Sr. Alfredo Chiavegato Neto apresentou requerimento verbal, baseado no Art. 227, Parágrafo Único do Regimento Interno para que fosse votado em separado cargo a cargo que estava sendo aumentado dentro da Tabela do Quadro de Funcionários da Prefeitura Municipal; em discussão e votação, foi o requerimento verbal rejeitado por cinco votos contrários, sendo três favoráveis dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri e Rita de Cássia Siste Bergamasco. A seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 004/2009, do Executivo Municipal, que dispõe sobre substituição do Anexo Único da Lei nº 1.826/2008, que versa sobre o quadro de servidores da Prefeitura. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, III do R.I.) Em discussão pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo que seu requerimento tinha o princípio deles poderem estar votando ali, e para melhor esclarecer, também, à população para não achar que eles não estariam querendo votar contrário ao aumento dos servidores que eram necessários à realização dos serviços, funcionários estes que seriam chamados após o concurso público, enfim que já tinha sido feito, e as pessoas estavam esperando para serem chamadas, e a intenção dele era votar separadamente esses

cargos para que não houvesse nenhuma dúvida quanto à sua posição à criação de tais cargos; disse que com relação ao projeto de lei iria tomar a posição de votar contrário a ele, haja visto que criava muitos cargos de assessores, a mais do que tinham hoje na Administração, a questão do assessor especial, que estava sendo ali, que estava sendo criado naquele momento, e disse que gostaria de ter a oportunidade de votar contrariamente a tais cargos de assessores, mas preservando essas pessoas que, realmente, tinham, no concurso público, a esperança de ingressar na Municipalidade; disse que não tinha sido possível, iriam ter que votar o projeto num todo, e que ia até a tribuna declinar seu voto contrário a tal projeto, não contrário, voltava a dizer, às pessoas que estavam querendo ingressar, através de concurso público, mas estas, sim, de livre nomeação, e que gostaria até de firmar ali que tinha sido um compromisso seu junto a uma pessoa que tinha lhe pedido ali na Sessão que fizesse isso, que pudesse votar favorável ao cargo da qual ele pretendia entrar através de concurso público, e que ele seria o primeiro da lista, mas não tinha sido possível; disse que era contrário à criação da maioria dos cargos em confiança; agradeceu, desejando boa noite a todos; a seguir, pediu a palavra o Sr. Edison Cardoso de Sá que cumprimentou a todos, dizendo de conclamar a todos os nobres Colegas a votação e o apoio a este projeto, porque todo governo que se iniciava, ele criava a sua equipe, tinha as suas pessoas, que não era o objetivo de favorecimento, era o objetivo de colocar pessoas nos devidos lugares para poder produzir em prol da população, em prol da Cidade, para que as pessoas pudessem ter condições de ser valorizadas e também ser conduzido ao cargo que assim se fazia necessário; disse que a questão da economia, e que as pessoas podiam até dizer que eles estavam criando cargos, isso iria gerar gastos, e que queria lembrar a todos que, na Administração passada, e que não estava ali fazendo crítica, mas estava ali fazendo uma menção do que era, tinha-se muitos RPAs, que para quem não sabia eram serviços que uma pessoa ia lá e executava avulso, e se pagava avulso, e tinha-se muito, e hoje, o objetivo era diminuir este RPA e ter funcionários que pudessem estar cumprindo com sua função, e que por isso, que o Prefeito mandava aquele projeto, e ele conclamava ali a sua aprovação que visava aí fortalecer a Administração Pública, fortalecer o Projeto que era em prol da População; agradeceu; diante de manifestação na Assembléia, o Sr. Presidente solicitou que não a houvesse, dizendo que não podia haver manifestação durante a sessão e que esperava a compreensão de todos; a seguir,

pediu, novamente, a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo que respeitava, realmente, a colocação do nobre Colega Edison, mas em todos os momentos viam tentando pleitear junto à Administração, que este projeto fosse votado paulatinamente, cargo a cargo, para que, realmente, não viesse uma discussão ampla quanto a isso; disse que tinha sugerido isso várias vezes, seus Colegas sabiam disso, tinha tido a oportunidade de falar com o Prefeito, se pudesse mandar este projeto da criação das Secretarias, dos Assessores, com um pouquinho mais de calma, e que tinha até compromisso com uma pessoa que tinha conversado com ele, que tinha interesse de estar participando da Administração e que achava importante o Prefeito, realmente, colocar sua equipe para trabalhar, mas voltava a dizer, que estava votando contrário somente à criação de muitos cargos em confiança de livre nomeação e exoneração por parte do Prefeito; disse que com relação aos RPAs, realmente, sabiam que este tipo de serviço era feito no Município, era feito na antiga Administração, tinha certeza que seria feito nesta, também, porque ninguém sabia fazer tudo, então teria que se contratar novos servidores ou pessoas autônomas para prestar um serviço para a Prefeitura; disse que esperava que isso acabasse um dia, e que sabiam que era difícil a Prefeitura suprir toda demanda, e que sua solicitação aos nobres Colegas com relação àquele projeto era com relação aos cargos de assessores, aos cargos de assessor especial, aumento de chefe de divisão, enfim, cargos que estavam, realmente, sem concurso público, de livre nomeação, que ao seu ver tinha subido muito mais do que o cargo que era tido através de concurso público, e que isso, realmente, lhe trazia um pouco de chateação com relação à votação dos projetos, e que estava votando contrário à toda criação de cargo, inclusive ao das pessoas que tinham ingressado através de concurso público, assumindo a responsabilidade, mas nada contra àquelas pessoas que, realmente, mereciam estar no Quadro de Funcionários, mas ao seu modo de ver isso iria criar um impacto muito grande no orçamento, sabiam que iriam atravessar um momento de crise, e que achava que este trabalho deveria ser feito com mais calma, devagarzinho ser discutido, principalmente, com o Sindicato, e que sabiam que tinham muitos servidores aí buscando o apoio do Sindicato, que tiveram aí seus problemas de perda de cargos, redução dos salários, funcionários de vinte, trinta anos de Município, que não tinha nada a ver com a política de Jaguariúna, que tinham se dedicado ao Município, e infelizmente, tinham tido seus salários

rebaixados porque tinham voltado à função original, perdendo o cargo que tinham de chefia, e que isso estava trazendo um transtorno muito grande, e que achava que eles deveriam rever estes cargos, dar a oportunidade ao funcionário de carreira exercer o cargo de confiança, e isso seria a maior credibilidade, e que isso tinham que discutir em pauta, juntamente com o Prefeito, esta criação de assessorias, enfim, para que pleiteasse que, realmente, estes funcionários que estavam hoje aí, tinham dedicado uma vida ao Município, e estavam aí com dificuldades para poder suprir o orçamento de casa, por causa de uma decisão que era justa por parte do Prefeito mas que não tinha tido o olhar um pouquinho mais perspicaz por parte destas pessoas que, realmente, trabalhavam há mais de vinte, vinte e cinco anos no Município como funcionários públicos e concursados, e que era isso que gostaria de ter discutido antes de poderem ter votado aqueles projetos, por isso sua opinião contrária e solicitou aos Colegas que fizessem de sua opinião o voto deles, nesta discussão do projeto, e agradeceu; a seguir, pediu a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues dizendo que algumas coisas achava que o povo estava confuso e alguns números se ocultavam; disse que na última administração se gastava por ano em RPA cinco milhões de reais, aproximadamente, e repetiu: cinco milhões de reais; disse que RPA, e achava que o Edison tentou explicar, era quando uma pessoa prestava um serviço, fazia um recibo e recebia, era simples; sem concurso, sem escolher, sem licitação, sem nada; disse que nos últimos quatro anos se gastou, aproximadamente, cinco milhões de reais, em recibinhos simples, sem escolher, sem concurso; disse que era fato que o Prefeito vinha falando que ele iria privilegiar os concursados públicos, mas, também, disse ao Fred, que tinha gente ali naquela sala que tinha passado em concurso público, e caducava concurso público e nunca tinha sido chamado nestes vinte anos, e que não podiam cobrar do Gustavo e do Chefe do Executivo que em vinte dias ele chamasse todo mundo, o que ele queria era por a máquina para funcionar, e tinham que dar este voto de confiança; disse que o impacto destes novos contratados dava três milhões e meio de reais, uma conta simples: se na última Administração tinham gasto cinco milhões em recibinhos simples, pelo menos agora gastariam três milhões e meio, mas sabendo quem eram, sabendo o horário que trabalhavam, sabendo onde eles ficavam; voltou a repetir: nem o Gustavo, nem esta Casa em vinte dias poderia fazer milagres, mas não deveriam tapar o sol com a peneira, tinha muita coisa que foi bem feita nos últimos vinte anos, mas tinha muita coisa que tinha sido errada, e

para o próprio Executivo em vinte dias solucionar todos os problemas da Cidade, seria uma crítica sem fundamento; disse de voltar a repetir que iriam fiscalizar e muito esta contratação, iriam controlar e fiscalizar, e o nobre Vereador Fred comentava que ele não tinha estado com os funcionários públicos discutindo isso, e que não esteve porque não estava na Cidade, porque eles estiveram lá; o Fábio estava, o Edison estava, o Dr. Airton estava, o Pastor estava, o Renê estava, só quem não estava na Cidade não pôde discutir isso, e era lógico que todo mundo tinha direito a férias, mas deixava claro que ser Vereador não era vir na Casa três vezes por mês, e que eles estavam fazendo expediente na Casa de oito, dez, doze, quatorze horas, em reuniões, para conversar, e tinham conversado sim, com o Sindicato, estavam preocupados com esta crise financeira e o aumento do funcionalismo público, mas o importante, voltava a repetir, era confiar e dar uma carta branca ao Chefe do Executivo, e que iriam fiscalizar, iriam controlar, mas precisavam confiar e torcer para que o Chefe do Executivo com seus planos conseguisse fazer desta Cidade cada vez uma melhor a qualidade de vida; disse ao Fred que achava que era um impacto financeiro, mas nem se comparava à quantidade absurda de RPA que esta Cidade pagava; agradeceu; diante de manifestação na assembléia o Sr. Presidente solicitou que não acontecesse tal manifestação; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou mais uma vez a todos, dizendo que voltava à tribuna para falar à Vereadora Karina que na reunião que haveria com o Sindicato dos Servidores, na Prefeitura, ela foi cancelada, e que ele estava na Cidade sim, ligaram para ele antes das oito horas que havia sido cancelada esta reunião, e que ele estava na Cidade, só que alguns Vereadores estavam na Casa em reunião, e ficaram sabendo que tinha uma reunião no Gabinete e tinham ido até lá e estava tendo uma reunião, e isso tinha sido dito a ele, e que ele não participava sem ser convidado, mas que estava na Cidade, e que participaria como tinha cobrado de membro do Sindicato apoio aos servidores que estavam sendo penalizados de uma forma nos seus salários; disse que falar que ele não estava na Cidade era mentira, e que sempre falava a todo mundo, que eles ao exercerem um cargo de Vereador, primeiro eles eram Vereadores, primeiro era Vereador, e que tinham essa função e este princípio com a Comunidade, depois eles eram aquilo que eram perante a Comunidade, e que tinham esse termo para assinar junto a Casa; disse que seria e viria com o maior agrado participar de uma reunião e que, realmente, iria ter, não teve, e no

mesmo dia foi cancelado, enfim... disse que com relação aos RPAs, existiam os RPAs, não acabariam tão já, havia muito serviço que outras pessoas não conseguiriam dar conta, já que o valor era tão absurdo assim, mas gostaria de ressaltar que estavam criando quinze cargos, apenas quinze cargos que eram por concurso público e trinta e oito que eram de livre nomeação; disse que se essa proporção fosse um pouquinho maior e, realmente, eles fossem privilegiar quem mais necessitava através de concurso público, teria seu apoio, totalmente, e que só achava que da forma que tinha vindo, de uma única forma no presente momento, no primeiro mês, não tinha sido correto, deveriam discutir mais, e que só esta era sua opinião e que estava passando aos nobres colegas, e com todo o respeito ao Gustavo, e sabia que ele não tinha o direito de resolver todos os problemas da Cidade, mas tinha certeza que ele faria de tudo para tentar resolver o mais breve possível, e sabiam que os problemas eram eminentes e dependiam de uma decisão quanto mais rápida do Poder Público, teria o seu apoio e achava que, realmente, ele tinha este compromisso de deixar a Cidade cada vez melhor, só que naquele momento acreditava que a criação deste esmagador número de cargos em confiança não era o momento, haja visto que já tinham um grande número de cargos em confiança na Administração que poderiam ser supridos através de qualquer nomeação por parte do Prefeito e que achava que estes cargos chegavam a mais de cento e oitenta hoje determinados em lei, e que achava que criar mais trinta e oito naquele momento não seria necessário; agradeceu, desejando boa noite a todos; a seguir, pediu a palavra o Sr. Rainero Venturini que cumprimentou a todos, dizendo que aquilo que o Fred tinha tido da reunião era uma pura verdade, tinham marcado uma reunião e imediatamente cancelaram, e depois avisaram que tinha uma reunião lá no Gabinete; disse que concordava com ele, e que ele não participou porque tinha sido um engano; disse que sobre os assessores especiais, ele também estava meio contra, porque com a crise que estavam atravessando, inclusive tinham discutido no dia anterior o tempo todo, tinham saído do Gabinete era onze e meia da noite, quase pousaram lá, e ia ali, ia na Câmara e Gabinete, e pegaram no pé do Gustavo, com medo da crise, aí ele lhe disse que precisava desta carta branca, e pediu o apoio, porque sem esses assessores ele não podia governar, precisava, e que se eles, Vereadores, dessem esta carta branca garantia que fazia sua equipe, e iria fazer aquilo que tinha prometido e tinha sido eleito com essa promessa, porque se não tivesse tal equipe como ele iria conseguir fazer este

governo e cumprir sua promessa, e que era por isso que ele, Vereador Rainero, era a favor desta proposta; desejou boa noite; a seguir, pediu a palavra, novamente, o Sr. Edison Cardoso de Sá que disse que a questão que ele queria ponderar era que a comparação entre a situação do funcionalismo público hoje, com relação à questão de cargos de confiança, no seu ponto de vista ela não era devida, porque uma coisa quando se estava falando, na questão dos cargos de confiança que era preciso para poder fazer a máquina funcionar de acordo com a visão administrativa do atual Prefeito, dado a todas as questões colocadas na Casa, inclusive pela nobre Vereadora Karina; disse que com relação ao funcionalismo público, que não tinha sido chamado, eles poderiam ter certeza que a preocupação do atual Prefeito era sim de fazer, e estava ali o Presidente do Sindicato dos Funcionários Públicos, que era um companheiro como ele, sindicalista também, e tinha estado presente na reunião e como todos os nobres Colegas que puderam estar presentes ouviram que a atual Administração iria valorizar os servidores públicos municipais, inclusive já tinha aí uma proposta que seria criada uma comissão permanente de negociação, a qual nunca houve na Cidade, e outras questões mais, inclusive na questão da proposta no sentido de salarial, e isto estava sendo debatido, e que estava sabendo que teria uma proposta, que ele também não sabia qual era, mas os trabalhadores podiam ter certeza que era uma preocupação sim do Executivo de encaminhar a questão; disse que pensava que os servidores públicos municipais seriam valorizados e com essa Administração estavam instaurando um novo tipo e modelo de administração a qual os servidores públicos teriam mais espaço democrático de colocar suas questões, e que com isso dizia que não se justificava uma coisa pela outra, o que era importante deixar claro, e que todas as questões hoje, que tinham sido colocadas pelo Vereador Fred, podia ter certeza que era compromisso do Executivo de encaminhá-las, e que achava inclusive, que se não fosse encaminhado, porque não houve interesse da gestão passada em se desdobrar em cima desta questão, e a partir daquele momento tinha o compromisso desta atual gestão, e também, para concluir sua colocação, disse que todos sabiam de uma questão que ali era colocada, o ponto de vista de se colocar cargo de confiança, parecia que por de trás disto havia um favorecimento político, e que a questão não era essa, a questão era colocar pessoas com competência, técnico, que inclusive tinha sido a escolha que foi feita do Secretariado, técnicos, pessoas com capacidade, e também, seriam pessoas com

capacidade que estariam assessorando e fazendo o melhor para a Cidade; a seguir, pediu a palavra o Sr. Airton Braulino Jorge que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo ao Fred que quando aquele projeto tinha chegado a eles, na reunião de comissões na segunda-feira, disse que isto tinha causado preocupações, e que eles questionaram por quê criarem oito cargos com salários tão altos, e que na segunda-feira mesmo, à noite, o Edison entrou em contato com o Prefeito e o Prefeito agendou uma reunião com eles, no dia anterior, às oito e meia da manhã, e que às oito e meia da manhã eles estavam lá, e que não sabia se o Vereador estava na Cidade ou não, e que o Vereador não tinha comparecido, e que devia ter seus motivos, e que eles tinham ido questionar o Prefeito com relação àqueles cargos, e ele provou para eles, ele mostrou para eles, que apesar desses cargos ainda iria se fazer uma economia com relação ao funcionalismo público, e que não estava indo ali para criticar RPA, e que RPA era uma coisa que sempre existiu e iria existir, e quebrou um computador, quem iria arrumar? Aqui na Câmara, ele não arrumava, ninguém arrumava, e que tinham que contratar alguém que viesse arrumar e aí pagava-se RPA, e que não tinha problema nenhum o RPA, e o RPA só ficava problemático onde existia um excesso, um exagero do RPA, aí questionariam; disse que tinham questionado o Prefeito, também, quanto ao número de funcionários, e que ele falou que faria uma economia em torno de cinco milhões, mesmo com este quadro de funcionários, e que eles fizeram com que ele assumisse um compromisso ali, verbal, com eles, de, realmente, fazer essa economia; disse que o importante que naquela listagem ali, se dirigiu ao Vereador, tinha muitos cargos que apesar de estarem na listagem, ele não faziam parte da Prefeitura, como por exemplo os cargos relacionados à área médica, eram contratados pela ASAMAS, e que a Prefeitura acabava não contratando nenhum destes cargos, e o fato de terem o nome naquela listagem discriminados, não significava que seriam contratados, inclusive nestes cargos de assessor, e que o Prefeito não lhes soube dizer se iria contratar ou não iria contratar, e que ele não sabia responder para os Vereadores, poderia ser que contratasse, poderia ser que não contratasse a todos; disse de esclarecer que se tinha feito uma confusão ali entre o cargo em comissão, aquele que não era concursado, e aquelas pessoas que tinham prestado concurso, e que era importante esclarecer: o assessor especial não existia concurso público para o assessor especial, e que queria dizer que aquelas pessoas que tinham prestado concurso público e estavam no aguardo de serem chamados, não tinha

nada a ver com aquilo ali, e que tinham que deixar claro, disse ao Vereador, não se podia fazer uma relação de uma coisa com a outra; disse que queriam sim, estavam esperançosos que estas pessoas que tinham prestado concurso público, e que estavam no aguardo de serem chamados, realmente, fossem chamados, e com relação a isso, ele endossava o que a Vereadora Karina tinha falado, e achava que era um compromisso que tinha que ser assumido por todos eles, Vereadores, fiscalizar como iria ser levado adiante isso daí; disse que era o que tinha a dizer, desejou boa noite a todos e agradeceu. A seguir, em votação o Projeto de Lei nº 004/2009, do Executivo Municipal foi o mesmo aprovado por sete votos favoráveis, sendo um contrário do Sr. Alfredo Chiavegato Neto. A seguir, foi feita a leitura do Ofício DER nº006/2009, do Executivo Municipal que encaminhava a Casa Projeto de Lei, que disciplina a outorga de concessão de uso de bem público que especifica, e dá outras providências. A seguir, o Sr. Presidente designou a Vereadora Karina Valéria Rodrigues como Relatora Especial para exarar parecer ao referido Projeto de Lei, motivo pelo qual suspendeu a sessão. Decorrido o prazo necessário para a feitura do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do Parecer da Relatora Especial, contrário ao Projeto; tendo sido apresentado parecer contrário ao projeto, de acordo com o Art. 102 do Regimento Interno, o Sr. Presidente colocou referido parecer para apreciação do Plenário; em discussão o Parecer Contrário da Sra. Karina Valéria Rodrigues, Relatora Especial, ao Projeto de Lei nº 005/2009, do Executivo Municipal, que disciplina a outorga de concessão de uso de bem público que especifica, e dá outras providências; pediu a palavra o Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri que cumprimentou a todos, primeiramente parabenizando o Plenário pela Casa cheia naquele dia, e todos lutando pelo mesmo ideal, ou seja, ver a Cidade, cada um com seus sonhos; disse que via na Casa, naquele dia, muitos colegas da área do Esporte, os quais conviviam quase que todos os finais de semana, e todos com aquela indignação porque hoje eles estavam com um estádio que, praticamente, era a “Menina dos Olhos” da região, e que aquele estádio, uma belíssima obra do estimado Prefeito Tarcísio, mas que todos tinham algum interesse em utilizá-lo; disse que via ali na Casa times da cidade uniformizados, via a equipe feminina uniformizada, e que da forma como tinha sido exposto aquele projeto, no seu parecer, era totalmente inviável, não trazia benefício nenhum; diante de manifestação na Assembléia o Sr. Presidente solicitou que não a houvesse; e o

Vereador continuou dizendo que não trazia benefício nenhum para a Cidade, e que gostaria que os demais membros os acompanhassem, porque para ter uma terceirização de um Estádio belíssimo como aquele, achava que os esportistas, os usuários fossem ouvidos, antes de qualquer decisão; agradeceu; a seguir, pediu a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues, antes porém da mesma iniciar sua fala, o Sr. Presidente pediu a gentileza que a assembléia não se manifestasse, e que isso estava previsto no Regimento Interno e pediu a compreensão de todos, para terminarem, e agradeceu; a seguir, na Tribuna, a Sra. Karina Valéria disse ao Sr. Presidente, não desculpando o Sr. Presidente, mas para a turma do futebol não torcer era complicado, mas ali tinham que respeitar a lei; disse que quando pegou aquele projeto de lei, e que a Rita ia ficar brava com ela porque a Vereadora tinha pedido para que ela não falasse, a grande dúvida que ela tinha era quem iria comprar o nariz de palhaço para o povo, e que era uma preocupação, porque quando se analisava a lei, dizia-se que estavam chamando o povo de palhaço, porque o nobre Colega Fred tinha lido um pouco rápido e eles pelo tempo, não entendiam, era o seguinte, a história era o seguinte: existia um Estádio que tinha custado aproximadamente quinze milhões de reais, existia um Estádio muito bonito, que todo mundo queria, mas ao mesmo tempo existia um time de futebol da Cidade, feminino, que estava dormindo debaixo das arquibancadas dele, porque ninguém tinha sido capaz de por essas meninas num lugar digno; disse que tinha estado aquele dia com o Prefeito, e com o Presidente da Casa, e tinham proposto em caráter de urgência que fosse alugada uma casa para que o time da FAJ, no máximo, em cinco dias tivesse um lugar digno para morar; disse que eram contrastes, porque o estádio não tinha sido feito para dormir, e as meninas estavam dormindo com esta chuva, com esta umidade embaixo das arquibancadas; ao mesmo tempo disse que tinham grandes lutadores esportivos, o Célio estava na Casa, da Escolinha de Futebol, o Pedro da Liga, Mineiro, um monte de esportistas, que nunca tiveram uma mísera ajuda para comprar um jogo de camisetas, nunca tiveram a mínima ajuda para comprar uma cervejinha depois do jogo; disse que o futebol de várzea era importantíssimo, o futebol de várzea levava muito público, o futebol de várzea levava família para o estádio, e aquela lei falava o seguinte: que a grama, que iria vir time de fora, que a grama iria ser mantida pela Prefeitura, que a luz, a energia elétrica iria ser paga pela Prefeitura, que o funcionário iria ser pago pela Prefeitura, que a segurança, o seguro de vida iria ser pago pela Prefeitura, e

que eles foram tão gentis e falavam que eles, as pessoas, poderiam pedir autorização para eles para usar o campo, nem tudo estava perdido, poderiam ligar para eles e dizer: “Deixa eu usar o campo?” Fora isso, falava que toda a propaganda interna e externa era deles, não ficava nada para a Cidade, e pior que isso, se tivesse um jogo teriam que pagar ingresso; perguntou: para que se construiu um estádio destes? Para dar para os outros? Disse que era a mesma coisa de embrulhar a Maria-fumaça e entregar para eles! Já que iam dar o Estádio, poderiam dar a Maria-fumaça, alguma coisa a mais para eles! Disse que enquanto isso, nenhum campo de Jaguariúna, público, tinha iluminação noturna, mas disse de uma história que o campo da Portuguesa, a iluminação do campo da Portuguesa tinha sido inaugurada durante o dia, e que isso era verdade, e que podiam procurar, que a iluminação do campo da Portuguesa tinha sido inaugurada durante o dia, e que era verdade, eles poderiam procurar nos livros; disse que a idéia sua que ficava era que tinham muitos times que queriam praticar futebol à noite, e era negado o direito de usar o campo, era negado o direito de ter um médico para seu time, fato que no último final de semana, na última Copa já estava tendo este serviço médico; disse que muitos times iam pedir, os times mais simples, humildes, autorização para o campo, e nunca lhes dava, e os times das autoridades do Município pediam, e davam o campo; disse que tinham que iluminar o Guedes, tinham que iluminar o Roseira, tinham que por as meninas do futebol feminino num lugar digno, e que essas meninas, há vinte dias, tinham sido despejadas, tinham conta para pagar no açougue, tinham conta a pagar na padaria; o time de futebol todo quebrado pela crise; disse que era contra, mas achava que no futuro poderiam ter um time sim, um time que seria muito bom começar na escolinha de futebol gratuita, em todos os bairros, dizia-se de passagem, se dirigiu ao Presidente, as quadras de tênis que tinham feito no Vargeão, estavam afundando, e que foram feitas quatro quadras de tênis e não dava para jogar porque afundaram; disse que achava que tinham que lutar pelo esporte, mas um esporte digno; escutar as lideranças, escutar os clubes, escutar os times, escutar a Liga de Futebol, escutar as Associações, escutar as ONGs, escutar todo mundo; disse que era contra, e pediu aos nobres que fossem contra, pediu aos nobres Colegas que incentivassem o esporte no Município, inicialmente, o time das meninas de futebol precisavam sair desta situação caótica que elas se encontravam; disse achar que eles tinham que se juntar, tinham que fazer de Jaguariúna, sim, uma potência esportiva, mas

não a qualquer custo, não entregando um Estádio de quinze milhões com uma lei que era um absurdo; disse que ficava feliz por ter esta presença do público, achava que muitas pessoas não puderam vir porque estavam trabalhando, e que tinha presenciado gente que trabalhava quatorze horas, saía do emprego e jogava futebol, e muitas vezes tinha que pagar para jogar num campo particular porque não lhe era dado este direito; disse que estava junto, que o esporte era sua bandeira, iria lutar, iria trabalhar, e que achava que esporte era saúde; achava que os esportistas da Cidade, conversando com o nobre Colega Dr. Airton, precisavam de fisioterapia, precisavam de fisiologia, precisavam de alimentação, enfim, e que aquela lei, não entendia até aquele dia, como tinha chegado até aquela Casa; disse que graças a Deus, os nobres Colegas, esperava que eles votassem contra, e que achava sim, que eles tinham que se preocupar com o Esporte, mas não a qualquer preço; disse que o Estádio era de Jaguariúna e tinha custado muito caro, e não iria ser alguém de fora que iria pegá-lo e lhes proibir de usá-lo; agradeceu, desejando boa noite; a seguir pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou mais uma vez a todos, dizendo de endossar, realmente, as palavras da Karina, e que achava que o esporte era importante, mas que estavam discutindo agora um parecer que tinha sido contrário, iriam votar o parecer, não iriam votar o projeto, e que isso era bom deixar bem claro para toda a população, mas que achava que o projeto para o Estádio tinha que ser discutido de uma forma mais ampla, e que tinham tentado, naquele dia, fazer com que aquele projeto obtivesse algumas ressalvas, mas não tinha sido possível, mas que achava que eles tinham que dar um destino para aquele Estádio, realmente, e que era um Estádio belíssimo, precisava ser bem usufruído, seria usufruído, também, por pessoas de Jaguariúna, e que não tivesse dúvidas, mas que não podiam ficar, realmente, com um patrimônio daquele parado e ocioso, e que a intenção do Município era criar um time de futebol profissional, que levasse o nome de Jaguariúna e divulgasse, e que era esta a intenção, mas achava que era de consenso de todos os Colegas o projeto precisava ser mais discutido, e que achava que no momento oportuno o projeto retornaria a Casa, e esperava que fosse feito o debate com toda a associação organizada, e naquele momento iriam votar o parecer, e ele, particularmente votaria contrário ao parecer, e que achava que o projeto tinha que ser discutido, aprovado ou não, e que tinham que acabar com esta conversa, votos favoráveis, ou votos contrários, mas seu voto com relação ao parecer seria

contrário; desejou boa noite; a seguir pediu a palavra o Sr. Edison Cardoso de Sá que disse de parabenizar ao público presente, se dirigiu ao Presidente, dizendo que também era contrário àquela proposta de privatização de uma coisa que tinha sido construída com o dinheiro do povo, e espera que aquele projeto não voltasse mais para a Casa, porque ele era uma aberração, e além de ser uma aberração, todo mundo sabia que houve uma pressão política para que aquele projeto viesse parar na Casa; disse que falava por ele, Vereador, que tal questão, o Estádio, hoje, tinha que ser dado destino, mas com o controle do Município, e que achava que ele deveria ser melhor utilizado, e que ele iria ser, porque inclusive, eles, do PCdoB, ele e a Companheira Karina, estariam em Brasília levando várias propostas ao Ministério do Esporte para que pudessem, aí, ter mais condições de investir no esporte, e ter mais condições que o esporte da Cidade pudesse ser o modelo; disse, ainda, que todos eles eram contra àquele projeto, de qualquer forma que tivesse o objetivo final de entregar o patrimônio que era do povo na mão de pessoas que queriam lucrar, e que isto era a prática dos “cartolas” do esporte, que só visavam lucro, e o esporte do País estava cada vez mais afundando, e que precisavam, principalmente, o futebol; disse que iriam lutar para que isso não acontecesse, e que esta bandeira era deles, e conclamava a todos os Vereadores a votarem o parecer, e que se estivesse o projeto, também, iria votar contra o projeto, porque ele era maléfico ao povo de Jaguariúna. A seguir, o Sr. Presidente colocou em Única Discussão o Parecer Contrário da Sra. Karina Valéria Rodrigues, Relatora Especial, ao Projeto de Lei nº 005/2009, do Executivo Municipal, lembrando a todos que se votassem sim, estariam aprovando o parecer e rejeitando o projeto, o qual seria arquivado, e não aprovado o parecer, o Projeto iria para discussão; a seguir em votação o Parecer Contrário foi o mesmo aprovado por sete votos favoráveis, sendo um contrário do Sr. Alfredo Chiavegato Neto. Aprovado o Parecer contrário, em conformidade com Parágrafo Único do Art. 102 do Regimento Interno, foi o Projeto de Lei nº 005/2009, do Executivo Municipal, que disciplina a outorga de concessão de uso de bem público que especifica, e dá outras providências, arquivado. Havendo manifestação da assembléia, o Sr. Presidente solicitou que não a houvesse. A seguir, terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente encerrou a Sessão. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Referente à Ata da 1ª Sessão Extraordinária de 28 de janeiro de 2009.-

Vereador Fábio Augusto Pina
Presidente

Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri
Vice-Presidente

Vereador Alfredo Chiavegato Neto
Primeiro Secretário

Rita de Cássia Siste Bergamasco
Segundo Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019


VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

